



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANA FRANCYELE PARENTE BORGES

***DISCLOSURE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES: UMA
ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NA IBRX100***

**Palmas (TO)
2019**

ANA FRANCYELE PARENTE BORGES

***DISCLOSURE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES: UMA ANÁLISE
DAS EMPRESAS LISTADAS NA IBRX100***

Monografia apresentada à UFT– Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da Profa. Msc. Ingrid Laís de Sena Costa.

Orientador: Profa. Msc. Ingrid Laís de Sena Costa

PALMAS (TO)
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P223d Parente Borges, Ana Francyele .
DISCLOSURE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES:
UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NA IBRX100. / Ana Francyele
Parente Borges. – Palmas, TO, 2021.

39 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Ciências Contábeis, 2021.

Orientador: Ingrid Laís De Sena Costa

1. Passivos contingentes. 2. Regulação. 3. Disclosure. 4. Contabilidade
Empresarial. I. Título

CDD 657

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ANA FRANCYELE PARENTE BORGES

**DISCLOSURE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES: UMA
ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NA IBRX100**

Monografia avaliada e apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Palmas, Curso de Ciências Contábeis e
aprovado em forma final pelo Orientador e pela Banca
Examinadora.

Data da Aprovação: ____/____/____

Banca examinadora:



Profa. Msc. Ingrid Laís de Sena Costa, Orientadora, UFT.



Prof. Msc. Carlos Vicente Berner, Examinador, UFT.



Prof. Dr. José Vandilo dos Santos, Examinador, UFT.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar os obstáculos encontrados no decorrer do caminho, e me conceder a oportunidade de concluir essa graduação.

À Universidade Federal do Tocantins e seu corpo docente que contribuíram para minha trajetória e formação acadêmica.

À minha orientadora, Ingrid Laís Costa Sena, por todo suporte, correções e incentivos.

Aos meus pais por acreditarem e financiarem todos esses anos de estudos, sem o incentivo e dinheiro deles eu jamais teria chegado até aqui.

Aos meus irmãos, namorado, amigos, parentes e conhecidos em geral que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

Aos colegas e amigos que adquiri ao longo dessa jornada, muito obrigada pela ajuda em vários momentos de dificuldades e por muitas vezes tornar as noites em sala de aula mais fáceis e alegres.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a regulação e a evidenciação das contingências das empresas listadas na IBRX100, a fim de verificar se essas empresas estão seguindo os quesitos obrigatórios instituídos no CPC 25 (2009) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza quali-quantitativa. Foram examinadas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas ao exercício de 2014 a 2018 de 92 empresas que compuseram a amostra. Para a coleta e processamento dos dados, utilizou-se como métrica o sistema binário, atribuindo 1 para os quesitos atendidos e 0 para os negligenciados. Os resultados da pesquisa revelam que a categoria de passivo contingente mais divulgado no Brasil é a tributária e que as empresas apresentam um percentual baixo quanto ao atendimento aos quesitos. Verificou-se também na pesquisa que a participação ou não das empresas nos setores fortemente regulados não interfere significativamente na melhoria na mensuração e divulgação das contingências. De modo geral as empresas detém o conhecimento quanto à divulgação correta dos dados, porém adotam práticas contábeis obsoletas que não contemplam em sua totalidade as exigências do CPC 25 (2009).

Palavras-chave: Passivos contingentes. Regulação. *Disclosure*.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationship between companies' contingencies regulation and disclosure which are listed in the IBRX100, in order to verify if these companies are following the mandatory requirements established in CPC 25 (2009). Provision, contingent liability, contingent assets. This is a descriptive study of a qualitative and quantitative nature. The financial statements and explanatory notes for 2014 to 2018 of 92 companies in the sample were examined. For data collection and processing, the binary system was used as a metric, assigning 1 for the achieved requirements and 0 for the neglected. The research results reveal that the most publicized contingent liability category in Brazil is the tax category and that companies have a low percentage in meeting the requirements. The research also confirms that the participation or not of companies' which are from tightly regulated sectors do not significantly interfere with the improvement in the measurement and disclosure of contingencies. In general, companies have knowledge about the correct disclosure of data but adopt obsolete accounting practices that do not fully comply with the requirements of CPC 25 (2009).

Keywords: contingent liability, Regulation, Disclosure

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística descritiva das provisões e passivos contingentes por categoria.....	26
Tabela 2 - Estatística descritiva de atendimento aos quesitos	28
Tabela 3 - Índice de todas as variáveis que representam os passivos contingentes	30
Tabela 4 - Correlação de Spearman das categorias das provisões e passivos contingentes. 2014-2018.....	31
Tabela 5 - Teste de diferenças de médias de Mann-Whitney. 2014-2018	32

LISTA DE QUADROS

Quadro1- Estudos anteriores relacionados aos ativos e passivos contingentes no Brasil.....	20
Quadro 2- Informações divulgadas de acordo com o CPC 25.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBRx100	Índices da Brasil, Bolsa, Balcão (B3)
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BACEN	Banco Central do Brasil
ANP	<i>Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis</i>
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CMN	Conselho Monetário Nacional
BC	Banco Central
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
NYSE	New York Stock Exchange
BM&FBOVESPA	Bolsa de valores do Brasil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÃO DO TRABALHO.....	12
1.1 Introdução	122
1.2 Problema da Pesquisa.....	112
1.3 Objetivos.....	112
1.3.1 Objetivo Geral	112
1.3.2 Objetivos Específicos	12
1.4 Justificativa	12
1.5 Estrutura do Trabalho	13
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Provisões e Passivos Contingentes.....	15
2.2 Regulação imposta às maiores companhias brasileiras.....	17
2.3. Evidenciação Contábil.....	18
2.4 Estudos Anteriores.....	20
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA	16
3.1 Universo e Amostra.....	16
3.2 Resultados e Análises.....	16
3.3 Tipo de Pesquisa e Procedimentos	25
3.4 Limitações da Pesquisa	25
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
4.1. Divulgação por Categoria	26
4.2. Atendimento aos Quesitos do CPC 25	28
4.3. Índices e Variáveis por Ano.....	29
4.4. Correlação por Categoria	31
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	34
REFERÊNCIAS	36

CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÃO DO TRABALHO

1.1 Introdução

O presente trabalho versa sobre a relação da evidenciação contábil das provisões e passivos contingentes com a regulação imposta as companhias brasileiras que integram o Índice Brasil 100 (IBrX100) que é um dos Índices da Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Nessa perspectiva, será analisado o nível de cumprimento dos dispositivos normativos dos passivos contingentes aos quais elas estão submetidas, além de verificar o nível de evidenciação encontrado em seus relatórios anuais publicados.

A lei 6.404/74 em seu art. 176, parágrafo 5º e alínea d, com redação dada pela lei 11.941/09 já normativa o uso das contingências nas notas explicativas, que compõe o conjunto de demonstrativos obrigatórios a serem emitidos pelas entidades, porém com a crescente adesão do Brasil ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, os normativos foram se tornando mais específicos e passaram a regular itens antes pouco observados, como é o caso dos passivos contingentes.

Tendo a regulação como principal vetor da evidenciação, este estudo busca evidenciar e analisar como a crescente normatização das provisões e dos passivos contingentes pode ser tida como fator crucial para o aumento da evidenciação, buscando revelar se de fato a regulação surtiu o efeito desejado e se as empresas reagiram como o esperado e aumentaram o nível de qualidade de seu *disclosure*. Diante disso, pode ser que a normatização tenha contribuído para a transparência e aperfeiçoamento das informações prestadas.

Nesse sentido, a investigação proporcionará o conhecimento dos dispositivos reguladores das contingências, além de analisar o real e efetivo desempenho e aplicação por parte da entidade.

De acordo com Iudícibus (1997, p. 115), o *disclosure* “é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos”. Por isso, o presente trabalho terá como foco uma análise do *disclosure* dos passivos contingentes evidenciados pelas entidades.

Ainda segundo Garcia et al. (2007) Considerando que as demonstrações contábeis devem fornecer um retrato econômico fiel da situação patrimonial das entidades, a contabilidade há de se preocupar fundamentalmente com o conteúdo delas. O termo *disclosure* não se prende apenas à forma de apresentação, mas também ao conteúdo da

demonstrações contábeis, ou seja, não se preocupa apenas em identificar determinada informação, mas se preocupa, principalmente, com a qualidade das informações prestadas aos usuários, buscando assegurar que as expressões monetárias constantes nas referidas demonstrações expressem adequadamente a situação econômico-patrimonial da entidade contábil.

Nesse sentido, a pesquisa propõe uma análise de forma concreta do *disclosure* das provisões e passivos contingentes das companhias que integram a IBrX100. Haja vista o exposto, a pergunta a ser respondida pela pesquisa é: qual a relação da regulação com a evidenciação das contingências das companhias brasileiras?

Diante de tal questionamento, a investigação proporcionou conhecimento não só dos dispositivos que regulam a matéria como a análise e verificação de sua real aplicação nos relatórios anuais, a fim de possibilitar uma melhor compreensão sobre o tema. Os resultados encontrados permitirão a elaboração de tabelas com o propósito de evidenciar o nível de atendimento ao CPC 25, além de uma visão técnica e realista das deficiências que poderão vir a ser encontradas.

Por fim, a investigação possibilitou o conhecimento do *disclosure* das contingências de 92 companhias que integram a IBrX100, no que concerne ao dispositivo regulador da questão.

1.2 Problema da Pesquisa

Com a crescente anuência do país ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, é imprescindível que os dispositivos reguladores adotados sejam observados e aplicados pelos profissionais da área, a fim de garantir mais transparência e relevância das informações, diante disso a problemática da pesquisa se concentra no seguinte questionamento: qual o vínculo da regulação com a evidenciação das provisões e passivos contingentes das companhias brasileiras?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o vínculo da regulação com a evidenciação das provisões e passivos contingentes das companhias brasileiras.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Classificar as empresas mais atingidas pela regulação;
- b) Verificar o nível de evidenciação das informações referentes as provisões e passivos contingentes;
- c) Relacionar a regulação com o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes.

1.4 Justificativa

A pesquisa encontra justificativa na possibilidade de discussão do nível de atendimento das maiores companhias brasileiras que compõe a IBrX100 aos requisitos de divulgação das informações definidos e expressos pela *International Accounting Standard* (IAS) 37 que foi traduzido no CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, além de buscar classificar tais companhias de acordo com o ramo de atividade no qual estão inseridas.

O estudo aborda ainda de forma direta a análise e aplicação do CPC 25, que como já citado regula as provisões e os passivos e ativos contingentes, com o foco voltado para a divulgação das provisões e passivos contingentes de empresas que operam na IBrX - Índice Brasil ou IBrX100 que é um dos índices utilizados pela Bolsa de Valores de São Paulo que tem como finalidade avaliar o retorno das cem ações mais negociadas na B3.

Para Almeida e Batista (2016) o CPC 25 (IAS 37, em nível internacional) fornece a normatização para as Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, de modo a assegurar que seu reconhecimento seja consoante critério e base de mensuração apropriada e que sejam divulgadas informações suficientes para que os usuários possam compreender a natureza, oportunidade e o valor das contingências que estão envolvidas (CPC, 2009).

Além disso, a pesquisa permitiu relacionar o nível de regulação com a evidenciação efetiva das contingências de cada uma das empresas que compõe a amostra, bem como examinar o grau de afetação de tal regulação na entidade, visto que, foram classificadas as empresas que pertencem a setores fortemente regulados.

Convém ressaltar como justificativa a importância de oportunizar ao meio acadêmico da área a disseminação da análise das informações acerca do tema proposto neste trabalho.

O tema pesquisado também tem como intuito apresentar reflexões no intento de possibilitar às pessoas que pretendam investir em ações futuramente o mínimo de conhecimento sobre o ramo e a importância da evidência clara das informações acerca das atividades desenvolvidas pela empresa, em especial a evidência das provisões e passivos contingentes.

Por fim, se faz inegável a importância da discussão sobre este tema tendo em vista a proporção notável que os passivos contingentes têm dentro das entidades, trazendo consigo o poder de dissolver ou agregar ainda mais valor, e tudo isso de forma bem incerta.

A pesquisa também se faz necessária por ter por objetivo servir como base para futuros trabalhos que agregarão para o aprimoramento e difusão do conhecimento do bacharel em ciências contábeis, no que tange ao entendimento dos referidos normativos aqui analisados bem como seus objetos de aplicação.

Trata-se também da oportunidade de mais uma vez demonstrar a importância da convergência das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais estabelecidas após o advento da lei nº 11.638/07, visto que um dos objetos de análise dessa pesquisa, o CPC 25, é fruto desse fato.

1.5 Estrutura do Trabalho

O trabalho apresentado é composto por 5 capítulos, sendo que o conteúdo no Capítulo 1, está focado na definição do trabalho, onde encontram-se a introdução, que visa a apresentação inicial sobre o tema estudado bem como propósitos; também é mostrado o problema de pesquisa, cuja solução foi obtida; os objetivos, divididos em geral e específicos; a justificativa, explicando a razão de ser da pesquisa; e por último, a estrutura do trabalho, informado neste tópico, fornecendo as etapas da pesquisa.

Já no Capítulo 2, encontra-se a fundamentação teórica, abrangendo toda parte conceitual da pesquisa, informando e elucidando o tema apresentado na parte introdutória, através de outros estudos na área, e baseando-se nos dados coletados das 100 empresas que compõem a IBRX100.

O Capítulo 3 apresenta a metodologia aplicada na pesquisa para alcance dos objetivos. Além de informações sobre obtenção, análise e realização dos dados utilizados.

A análise dos resultados é apresentada no Capítulo 4, onde os objetivos da pesquisa são estudados, com base nos dados coletados e estudos feitos, chegando ao

resultado, que é apresentado de forma minuciosa, contemplando a motivação real do que foi pesquisado.

E por fim, o Capítulo 5, traz as conclusões e recomendações, onde é feito o fechamento da pesquisa depois dos resultados obtidos conforme os objetivos, utilizando a metodologia e resolvendo o problema apresentado.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Provisões e Passivos Contingentes

Sabe-se que a divulgação de informações fidedignas que vão compor as mais variadas demonstrações contábeis, muito tem a contribuir para o bom funcionamento da entidade, pois por meio delas são formuladas todas as estratégias para a tomada de decisão, além de servirem como atrativo para a aquisição de novos investidores. Parte disso a necessidade da crescente regulamentação acerca dos critérios adequados de mensuração e evidenciação dos passivos contingentes.

Assim, Hendriksen e Van Breda (1999) salientam que a utilidade dessas informações independe da forma de divulgação, se nas demonstrações ou em notas explicativas, desde que os usuários tenham informações sobre esses eventos para incorporar em seus modelos de avaliação e predição.

Diante disso, o CPC 25 traz a normatização para as Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes buscando assegurar que seu reconhecimento seja feito seguindo critérios apropriados e que sejam divulgadas informações suficientes para que os usuários possam compreender a natureza, oportunidade e o valor das contingências que estão envolvidas (CPC, 2009). Fora o dispositivo citado, a Deliberação 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que revogou a Deliberação CVM nº 489/05 também serve de regulação para as contingências, além da Lei Nº 6.404 no seu art. 176 já propagar sobre a utilização dos passivos contingentes (BRASIL; 1976).

Em suma, as contingências representam uma situação cujo resultado final pode ser favorável quando resultar em um ativo, e desfavorável quando resultar em um passivo, onde ambos dependem de um evento futuro incerto.

Quando as contingências forem desfavoráveis, elas podem ser classificadas segundo a norma como provável, possível e remota que são respectivamente, provisões, passivos contingentes evidenciados e passivos contingentes não evidenciados.

Para Scarpin, Macohon e Dallabona (2014) há várias categorias de provisões e passivos contingentes, que abarcam principalmente questões envolvendo ações judiciais, pagamento de autuações fiscais, questões trabalhistas, questões ambientais e algumas situações referentes à reestruturação dos negócios das companhias. Categorias essas que irão variar de acordo com o ramo de atividade da entidade, ou seja, a empresa irá registrar somente

as questões que julga serem pertinentes e prováveis de acordo com objeto de trabalho da entidade e demais aspectos envolvidos.

Para Iudícibus e Marion (1990 p. 79) “Provisões são estimativas que reduzem o Ativo ou aumentam o Passivo. Em outras palavras, representam perdas do Ativo ou obrigações. Embora as provisões tenham conotação negativa, são fundamentais para se cumprir rigidamente o Regime de Competência”.

Iudícibus (2009, p. 144) define passivo contingente como “uma exigibilidade contingente é uma obrigação que pode surgir dependendo de um evento futuro”.

De acordo o CPC 25 passivo contingente que não são reconhecidos como passivo porque são:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. (CPC 25, 2009 pág. 4)

Sendo assim os passivos contingentes de modo geral podem ser conceituados como a saída possível de recursos da entidade, mas não provável.

Trazendo a observância das contingências para a auditoria, segundo Attie (2011) alguns assuntos devem ser examinados pelos auditores para se cientificar acerca das possibilidades de contingências, mas não se limitam a advogados que prestam serviços à empresa no âmbito fiscal, legal, societário, trabalhista, contingencial, consumidor, ambiental etc.; exame das atas de assembleia, do conselho de administração, das reuniões de diretoria; livros fiscais que indiquem a visita de fiscais auditores em geral. Visto que é de suma importância que as informações sejam evidenciadas da forma mais verídica possível e que sejam espelhadas em provas consistentes, pois a má utilização de tal passivo compromete a situação patrimonial da entidade.

Por fim, vale ressaltar, que a crescente convergência internacional das normas contábeis e adoção dos dispositivos reguladores acerca dos passivos contingentes têm tornado tal informação mais clara e comum.

2.2 Regulação imposta às maiores companhias brasileiras.

É fato que a elaboração das demonstrações contábeis ao final do exercício é uma obrigação de todas as entidades, tendo como intuito informar quais foram os resultados obtidos no período a todos os interessados, sejam eles usuários internos ou externos. Esse conjunto de demonstrações obrigatórias tem seu respaldo inicialmente firmado na Lei nº 6.404/76, não bastasse tal marco regulatório, com o decorrer do tempo foi se notando a necessidade de legislar sobre aspectos que compõe as demonstrações de forma isolada, a fim de aprimorar e tornar a evidenciação algo de fato útil e compreensível às exigências do mercado e de seus principais interessados.

Vale ressaltar que a base da contabilidade está na lei 6.404/76, alterada em parte pela Lei 11.638/07, bem como pela mais recente lei 11.941/09, além do referido dispositivo e suas alterações, é exigido dos profissionais em contabilidade a mais estrita observância e adoção aos CPC's que nada mais são que a tradução das normas internacionais do ramo.

Além de toda a legislação base apontada acima que normatiza a emissão dos demonstrativos financeiros, as entidades ainda devem atender às agências reguladoras de acordo com o segmento a qual fazem parte. Visto que a maioria das empresas que integram a IBRx100 trazem consigo o fato de pertencerem a setores fortemente regulados. É importante destacar quem, como e o que as agências tendem a regular.

Dentre as cem empresas que integram a IBRx100 destacam-se três setores em especial, pois além de serem os mais comuns, são também os mais regulados em nosso país.

As entidades que fazem parte do setor de petróleo e gás, que são normatizadas pela ANP – Agência nacional de petróleo, gás natural e biocombustível, com relação a isso a lei nº 9.478/78 em seu art. 8º traz a seguinte redação:

A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. A fim de complementar o escopo dado pela lei citada acima, sugiram também as seguintes normatizações: Lei nº 11.097/2005, que introduz o biodiesel na matriz energética nacional, Lei nº 11.909/2009 que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural e a Lei nº 12.490/2011 que inclui o etanol entre os produtos cuja produção, distribuição e comercialização são reguladas pela ANP. (ANP, 1978, artigo 8º)

As instituições financeiras por sua vez, operam ainda mais reguladas, visto que se submetem ao Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central (BC) e à Comissão de

Valores Mobiliários (CVM), a fim de manter a eficiência da intermediação de recursos e promover a estabilidade financeira. Ainda, segundo o site do BACEN:

A regulamentação é aplicada às instituições financeiras de forma segmentada, conforme a dimensão de sua exposição a riscos e à relevância de sua atuação internacional. Assim, instituições mais sujeitas a riscos ou com atuação externa relevante estão sujeitas a regras mais abrangentes e complexas, enquanto instituições com menor exposição a riscos e com atuação externa pouco relevante obedecem a regras mais simples, sem prejuízo da prudência em ambos os casos. (BACEN,2019)

No Brasil, segundo o site da Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, compete à mesma regulamentar as políticas e diretrizes do Governo Federal para a utilização e exploração dos serviços de energia elétrica pelos agentes do setor, pelos consumidores cativos e livres, pelos produtores independentes e pelos autoprodutores, cabe ressaltar que existem três modalidades de regulação, que parte desde a regulação técnica de padrões de serviço, passa pela regulação econômica e por fim normatiza os projetos de pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética.

Fora toda a regulação específica apresentada, tais entidades, assim como as demais, também se submetem a adoção do CPC 25, tradução da IAS 37. Tal CPC revogou a Deliberação da CVM de nº 489 de 31 de outubro de 2008 que tornava obrigatório o uso de provisões, ativos e passivos contingentes para as companhias de capital aberto, pois consiste na exigência o aprimoramento de itens específicos que são divulgados em notas explicativas, que tem por objetivo permitir que o usuário da informação contábil compreenda os potenciais riscos apresentados pela entidade.

2.3. Evidenciação Contábil

As informações geradas pela contabilidade são de grande relevância para os usuários, servindo de base para suas tomadas de decisões, relacionadas às mais diversas áreas: análise de risco e retorno de investimentos; análise da continuidade da empresa; gestão dos recursos; evolução do desempenho e desenvolvimento da entidade, entre outras. Neste sentido, a divulgação das informações contábeis busca representar a realidade financeira e econômica das mesmas (GOMES, et al, 2017).

Diante disso, é fácil notar que a evidenciação contábil está atrelada à projeção de informações não só diferenciadas, mas que atendam a vários usuários. Para isso se utiliza de diversos mecanismos como: demonstrações contábeis, as notas de rodapé ou notas

explicativas; os quadros e demonstrativos suplementares; os comentários do auditor e os relatórios da diretoria.

A evidenciação contábil tem como principais órgãos responsáveis pela regulamentação das demonstrações financeiras no Brasil: A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o BACEN, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, o Instituto de Auditores Independentes do Brasil – IBRACON e o Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Para Most (1977), as fronteiras da evidenciação se estendem além das demonstrações contábeis, mas esse mesmo autor ressalta que, na visão tradicional, ela ainda está associada à ideia de “relatórios financeiros” voltados para suportar decisões de usuários externos. O fato é que os métodos e critérios de evidenciação devem ser determinados em função dos interesses e do nível de entendimento apresentado por cada usuário, considerando assim sempre os conceitos de materialidade e relevância.

Niyama e Gomes (1996) dimensionam o que se espera de uma evidenciação, ao afirmarem que o *Disclosure* nada mais é que a observância à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, que são entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, pois envolvem a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando dessa forma o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Trazendo tal aspecto para a evidenciação dos passivos contingentes, foi pontuado por Costa *et al.*(2017) que a classificação desta obrigação requer muito da capacidade de julgamento do profissional contábil, possibilitando que questões culturais e específicas de cada empresa e região possam interferir neste reconhecimento.

Assim como para Balduino e Borba (2015) que observaram que as diferenças culturais impactam diretamente no reconhecimento desses passivos, tanto a cultura organizacional da companhia como a do país, no qual a organização está inserida.

Vale ressaltar que o registro das contingências passivas na contabilidade se restringe às situações existentes na data das demonstrações contábeis, que devem estar respaldadas em estudos e pareceres técnicos que reflitam uma posição imparcial, bem como devem passar pelo crivo de um auditor independente, a fim de que seja mantida a fidedignidade das informações.

Segundo o exposto no item 86 do CPC 25, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, a entidade deve divulgar para

cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável:

- (a) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52;
- (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e
- (c) a possibilidade de qualquer reembolso. (CPC 25, 2009)

Soares (2001) relata a melhoria na qualidade das demonstrações contábeis das empresas brasileiras, por influência do mercado de capitais. Segundo o autor, as empresas de capital aberto deram nova roupagem aos seus balanços depois de negociar ações no mercado norte-americano. Tudo isso em prol de atraírem mais investidores e principalmente atingirem investidores estrangeiros.

Em resumo, uma evidenciação apropriada seja de forma geral, ou se tratando de passivos contingentes deve estabelecer a quem a informação é dirigida, e qual sua finalidade. A contabilidade precisa ser tratada como um sistema informacional dentro da entidade, a fim de que seja capaz de gerar informações tempestivas e oportunas.

2.4 Estudos Anteriores

Esta seção traz estudos anteriores que apresentam alguma relação com a pesquisa. No Quadro 2, as informações são organizadas pelos autores e seus respectivos anos de publicação, objetivo e principais resultados.

Quadro 1 – Estudos anteriores relacionados aos ativos e passivos contingentes no Brasil

Autores e Ano	Objetivo	Principais Resultados
Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013)	Estudar mais especificamente o contencioso legal tributário e a percepção de advogados, auditores e juristas sobre a introdução do pronunciamento CPC 25 que trata da contabilização de provisões, ativos e passivos contingentes no Brasil e a possibilidade de prática de Gerenciamento de Resultados com uso de provisões sobre contencioso legal.	No decorrer da pesquisa, ficou evidenciado que a aplicação do referido pronunciamento é uma questão interdisciplinar, uma vez que envolve no processo, o parecer de consultores jurídicos, auditores e contadores.

Scarpin, Macohon e Dallabona (2014)	Analisar se há variabilidade nos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes no grupo do passivo não circulante das empresas listadas nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBovespa nos períodos de 2010 e 2011	Os resultados demonstram diferenças estatísticas significativas da variabilidade dos quatro índices analisados. Apenas índice Grau de Endividamento no ano de 2010 não apresentou variabilidade estatística significativa.
Silva, Carraro e Silva (2014)	Analisar o cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, conforme estabelece a NBC TG 25 e o CPC 25 e demais normas, de empresas do segmento de mineração, siderurgia e metalurgia listadas no Nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa.	As empresas investigadas não cumprem por completo as exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação estabelecidas pelo CPC 25 e pelas demais bases normativas. Parte das divulgações não é clara e efetivamente não reduz as incertezas dos usuários.
Balduino e Borba (2015)	Levantar os passivos contingentes de 102 empresas que publicam seus demonstrativos financeiros em IFRS na NYSE. Considerou-se que os seguintes fatores poderiam afetar a significância financeira dos passivos contingentes: (i) setor da empresa, (ii) o sistema legal do país da empresa e (iii) os valores sociais do país da empresa, refletidos pela teoria de Gray (1988)	Verificou-se que as empresas brasileiras tendem a evidenciar mais contingências que as demais e que a maioria das contingências lá evidenciadas (67%) são tributárias. As contingências ambientais são mais relevantes nas empresas do setor de petróleo e gás.
Vieira e Pinheiro (2015)	Analisou a ocorrência de divergência na divulgação de contingências ativas e passivas pelas empresas brasileiras que negociam suas ações tanto na BM&FBovespa quanto na NYSE	Conclui-se que as principais divergências se referem à quantidade de contingência divulgada, ao nível de detalhamento das informações e à declaração de informações mais completas no Relatório 20F.
Costa,Correia, Machado e Lucena (2017)	Analisar as diferenças identificadas nos passivos contingentes das firmas listadas na BM&FBovespa do Brasil e na ASX da Austrália.	Foi identificado que, no Brasil, a categoria do passivo contingente predominante é a tributária, que corresponde a 56% do total de passivos contingentes evidenciados pelas companhias brasileiras. Já na Austrália são as garantias, que correspondem quase à totalidade das contingências verificadas, ou seja, 98%.
Mesquita, Carmo e Ribeiro (2018)	Verificar qual o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015.	Os resultados obtidos revelam que, para os cenários mais pessimistas, existe uma diferença significativa entre os indicadores calculados com os dados originais em comparação com os mesmos calculados com os cenários reclassificados.

Silva, Sanches e Igarashi (2019)	Analisar o efeito dos passivos contingentes nos indicadores econômico-financeiros de empresas dos segmentos de Construção Civil e Construção Pesada listadas na BM&FBovespa da Brasil Bolsa Balcão (B3).	Os Passivos Contingentes divulgados em 2016 podem causar efeitos significativos nos indicadores econômico-financeiros, principalmente nos indicadores de rentabilidade; não influenciam expressivamente o número de empresas com Patrimônio Líquido Negativo; mas provocam aumento significativo no número de empresas com Prejuízo Contábil no período, corroborando a observação de que o saldo de Resultado Líquido de 2016 é sensível ao reconhecimento dos Passivos Contingentes, indicando exposição ao risco de perdas.
Souza, Martinez, Murcia e Bastos (2019)	Este estudo objetivou analisar o grau de cumprimento das normas de disclosure, bem como seus determinantes, em companhias abertas listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3), quanto às exigências mandatórias prescritas no CPC 25.	Os resultados indicam que as empresas estão longe do alinhamento às normas de disclosure do CPC 25 e, sugerem que firmas maiores, empresas auditadas pelas Big Four e companhias listadas nos seguimentos de governança corporativa na B3 apresentam um maior nível de cumprimento das normas de disclosure do CPC 25.

Fonte: Elaborado pela autora 2019.

Para Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) além do resultado obtido e apontado no quadro acima é importante frisar que “foi também evidenciado que a prática de gerenciamento de resultado contábil (GR) pode ser reduzida quando existem boas práticas de governança corporativa.” O estudo buscou entender a percepção dos profissionais envolvidos na implementação do CPC 25 e a possibilidade de prática de Gerenciamento de Resultado.

Já Scarpin, Macohon e Dallabona (2014) buscaram evidenciar por meio da pesquisa, a variabilidade nos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes no grupo do passivo não circulante das empresas, ou seja, o quanto a evidenciação dos passivos contingentes podem atingir o patrimônio da entidade. Tal análise se assemelha com os estudos de Silva, Sanches e Igarashi (2019) e Mesquita, Carmo e Ribeiro (2018) que analisaram os efeitos dos passivos contingentes sobre as entidades, o primeiro utilizou-se de análises feitas dos indicadores econômico-financeiros de empresas dos segmentos de Construção Civil e Construção Pesada listadas na BM&FBovespa (Atual B3), enquanto o segundo observou os efeitos econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015.

Baldoino e Borba (2015) fizeram um levantamento dos passivos contingentes de 102 empresas que publicam seus demonstrativos financeiros em IFRS na NYSE, e com isso foi obtido como principal resultado que as empresas brasileiras evidenciam mais passivos contingentes que as demais empresas presentes na NYSE. Além do fato, que tendem a

evidenciar mais contingências tributárias em sua maioria, resultado esse que também foi obtido pela pesquisa de Costa et al (2017) ao comparar o cenário brasileiro com o australiano.

O estudo de Silva, Carraro e Silva (2014) buscou analisar o cumprimento das exigências e critérios apresentados pelo CPC 25 quanto à mensuração e evidenciação dos passivos contingentes, aplicado às empresas do segmento de mineração, siderurgia e metalurgia, no qual se observou que as entidades em questão não atendem de forma completa o que é exposto no CPC nem quanto aos critérios de mensuração e reconhecimento e nem quanto aos critérios de divulgação dos mesmos. Enquanto Castro, Vieira e Pinheiro (2015), analisaram as divergências na divulgação de contingências ativas e passivas pelas empresas brasileiras que negociam suas ações tanto na BM&FBOVESPA quanto na NYSE e ao fim constatou-se o mesmo que Silva, Carraro e Silva (2014).

Diante do exposto, segundo a evolução vista nas pesquisas acadêmicas apontadas no quadro acima as companhias brasileiras tendem a evidenciar mais passivos contingentes no viés tributário, bem como em sua maioria não atendem de maneira satisfatória aos dispositivos reguladores da matéria, o que torna a maior parte das informações não confiáveis, visto que não são claras e não reduzem de forma efetiva a incerteza dos usuários. Vale ainda ressaltar que mesmo com a crescente adesão do Brasil à convergência das normas internacionais de contabilidade, o país ainda apresenta um resultado abaixo do esperado com relação a evolução dos *disclosure* dos passivos contingentes.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho no panorama do seu universo é básico. A forma do questionamento do problema é quantitativa e qualitativa, o tipo de pesquisa quanto aos objetivos, descritiva e explicativa. E sua característica quanto aos procedimentos, documental.

3.1 Universo e Amostra

A amostra será composta do período de análise de 2014 a 2018 e a população analisada serão todas as companhias que compõem a IBRX100. A coleta de dados se dará primeiramente pela aquisição e depois análise dos relatórios anuais das referidas companhias, bem como das demonstrações financeiras padronizadas e das notas explicativas.

O Quadro 1 abaixo foi adaptado do CPC 25 e anteriormente utilizado em um artigo de Costa et al. (2017) que a partir de variáveis *dummies* atribuiu valor 1 quando a empresa atende aos critérios estipulados pelo Comitê de Pronunciamento Técnico e 0 nos demais casos.

Quadro 2 – Informações divulgadas de acordo com o CPC 25

Categorias	
Fazem uma breve descrição da natureza do passivo contingente na data do balanço	
Quando praticável na data do balanço	
Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro.	Mensurado de acordo com a melhor estimativa
	Mensurado de acordo com o risco e a incerteza
	Mensurado de acordo com o valor presente
	Mensurado de acordo com o evento futuro
	Mensurado de acordo com a alienação esperada do ativo
Divulgam a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ao momento de ocorrência de qualquer saída	
Divulgam a possibilidade de qualquer reembolso	

Fonte: Costa et al., (2017)

3.2 Resultados e Análises

O tratamento dos dados será feito com a utilização do índice de *disclosure* apresentado abaixo, baseado em Nakayama e Salotti (2014). Tal índice representa a soma das informações sobre as contingências que são divulgadas, dividida pelo total que deveria ter sido divulgado.

$$\text{Índice de Disclosure} = \frac{\sum_{i=1}^n xi}{\sum_{j=1}^m xj}$$

Em que:

xi : é o total de itens divulgado pela companhia

xj : é o total que deveria ter sido divulgado pela companhia.

O Índice foi aplicado às empresas que integram a IBRX100. Empresas essas que são fortemente reguladas, a começar pelo setor de energia elétrica que é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e empresas do setor de petróleo e gás pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

3.3 Tipo de Pesquisa e Procedimentos

No que tange a classificação quanto aos objetivos gerais, a pesquisa se classifica como descritiva e explicativa, a primeira classificação pois para o desenvolvimento da pesquisa se faz necessário a descrição de certas características relacionadas a divulgação com o intuito de estabelecer relação entre as variáveis, sem que haja manipulação e por fim foi também utilizada a pesquisa explicativa no intuito de buscar conhecer de forma aprofundada as contingências e explicar suas razões e impactos.

Ainda nessa pesquisa foi utilizada a classificação com base na abordagem dada ao problema de pesquisa, onde foi utilizado seus dois grandes grupos: pesquisa Quantitativa e pesquisa qualitativa, onde quantificou, com o emprego de instrumentos estatísticos, os dados observados e a outra descreveu e analisou problema e a interação entre as variáveis, respectivamente.

3.4 Limitações da Pesquisa

A presente pesquisa analisou os relatórios financeiros, demonstrações padronizadas e notas explicativas das 92 companhias pertencentes a IBRX100 entre os períodos 2014 e 2018 com os dados fornecidos pelos seus sites oficiais.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

O intuito desta seção é responder ao problema de pesquisa, e assim atingir os objetivos propostos.

As 92 empresas que compõem a amostra foram analisadas nos anos de 2014 a 2015, 2016, 2017 e 2018 conforme os critérios de divulgação propostas no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (2009).

A coleta de dados foi feita utilizando análise de conteúdo, ou seja, analisando e avaliando cada informação divulgada, seja nas próprias demonstrações contábeis ou em notas explicativas. As provisões foram geralmente encontradas no passivo não circulante das demonstrações padronizadas da entidade, outras por vezes foram localizadas nas notas explicativas.

Como já dito inicialmente na metodologia para a análise dos dados coletados foi utilizado o sistema binário, ou seja, para cada quesito divulgado conforme previsto no CPC 25 foi atribuído o numeral 1 (um), e para cada quesito não divulgado foi atribuído o numeral 0 (zero).

4.1. Divulgação por Categoria

Um passivo cuja existência pode ser classificada como provável e seu valor pode ser mensurado com segurança, deve ser divulgado de acordo com o CPC 25.

Fora o atendimento aos quesitos, as contingências também foram relacionadas de acordo à categoria a qual pertencem, conforme classificação adotada por Balduino e Borba (2015). Diante dessas categorias foram obtidos os resultados dispostos na Tabela 1.

Tabela 1 - Estatística descritiva das provisões e passivos contingentes por categoria.

Categorias	Obs.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	%
GERAL							
Ambiental	460	7534,90	0,00	58225,30	0,00	673448,00	0,43%
Cível	460	315103,60	11355,00	1603324,60	0,00	23715573,00	18,09%
Trabalhistas	460	182348,20	22551,00	619651,60	0,00	5983603,00	10,47%
Tributárias	460	1054501,50	12996,00	5149916,07	0,00	66463168,00	60,55%
Sem características	460	65257,50	1828,00	262993,30	0,00	1589553,00	3,74%
Garantias	460	116616,80	0,00	1636378,90	0,00	27359764,00	6,69%
SETOR FORTEMENTE REGULADO							
Ambiental	115	77,50	0,00	450,79	0,00	33531,00	0,02%
Cível	115	915251,60	4294,00	3273379,00	0,00	23715573,00	33,02%

Trabalhistas	115	454992,30	3672,00	1191018,00	0,00	5983603,00	16,41%
Tributárias	115	1383250,00	46416,00	2835188,00	0,00	11383052,00	49,90%
Sem características	115	16821,65	3,00	39036,02	0,00	109482,00	0,60%
Garantias	115	1243,05	0,00	43271,23	0,00	193788,00	0,04%

Fonte: elaborado pela autora (2019).

De modo geral verifica-se na Tabela 1 que as contingências mais divulgadas pelas companhias são as tributárias compreendendo 60,5%, cíveis com 18,09% e trabalhistas totalizando 18,09%, sendo que dentre as classificações a mais negligenciada foi a ambiental chegando a representar somente 0,43% do todo, o que se justifica pelo fato de que nem 15% das empresas utilizadas na amostra pertencem a esse ramo. O mesmo nível de evidenciação se manteve ao analisar separadas as empresas que compõem o setor fortemente regulado como é o caso das empresas dos ramos de energia, gás e petróleo e instituições financeiras.

Com relação às contingências de natureza ambiental, elas apresentam uma parcela não muito significativa das contingências divulgadas pelas companhias, que correspondem a processos que envolvem multas, autuações de órgãos ambientais e processos de indenizações, entre outros.

Conforme dito inicialmente, a divulgação da categoria ambiental não é feita por todas as empresas, e dentre elas vale destacar as empresas CESP e SABESP, visto que são empresas controladas pelo estado e atendem de forma integral a divulgação das contingências por categoria.

No que tange as contingências tributárias, que representam 60% do total evidenciado, em sua maioria são processos que se originam de questionamentos quanto à incidência de tributos ou contribuições, em face da interpretação da legislação por parte da administração. O percentual tão expressivo de divulgação dessa categoria se deve ao fato do Brasil ser um país com uma alta carga tributária. Tal constatação reforça o resultado obtido na pesquisa de Costa et al (2017), que identificaram também que a categoria de passivo contingente predominante no Brasil é a tributária.

A nomenclatura sem característica adotada nessa pesquisa se deve ao montante divulgado pelas empresas sem a categorização esperada ou quanto elas divulgam um único valor pra duas categorias distintas. O que como demonstrado na Tabela 1 denota um descumprimento em menor grau por parte das empresas fortemente reguladas, pois em comparação ao grupo geral elas se utilizaram bem menos desse desvio. Já o desvio padrão

encontrado na diferença entre os valores apresentados na média, demonstram o quão os dados são voláteis, visto que o grau de variação é muito alto.

4.2. Atendimento aos Quesitos do CPC 25

Para relacionar de fato a evidenciação com a regulação, foram extraídos do CPC 25 os quesitos mínimos que as companhias devem observar na hora de mensurar os passivos contingentes.

Ao todo foram levantados 8 quesitos, os mesmos foram buscados nas demonstrações padrões e notas explicativas, a fim de quantificar o nível de atendimento por parte das entidades. A cada quesito atendido a entidade foi atribuído nota 1 (um) e a cada descumprimento ou não divulgação atribuiu-se 0 (zero). Seguem-se na Tabela 2 os resultados obtidos.

Tabela 2 - Estatística descritiva de atendimento aos quesitos.

Itens Divulgados	Obs.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	%
GERAL							
Descrição	460	0,71	1,00	0,45	0,00	1,00	38,17%
Melhor Estimativa	460	0,08	0,00	0,27	0,00	1,00	4,30%
Risco e Incerteza	460	0,14	0,00	0,34	0,00	1,00	7,52%
Valor presente	460	0,66	1,00	0,47	0,00	1,00	35,48%
Evento Futuro	460	0,07	0,00	0,26	0,00	1,00	3,76%
Alienação Esperada do Ativo	460	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Incerteza sobre valor ou saída	460	0,12	0,00	0,33	0,00	1,00	6,45%
Reembolso	460	0,08	0,00	0,28	0,00	1,00	4,30%
SETOR FORTEMENTE REGULADO							
Descrição	115	0,58	1,00	0,49	0,00	1,00	38,56%
Melhor Estimativa	115	0,19	0,00	0,39	0,00	1,00	12,63%
Risco e Incerteza	115	0,26	0,00	0,44	0,00	1,00	17,28%
Valor presente	115	0,35	0,00	0,48	0,00	1,00	23,27%
Evento Futuro	115	0,05	0,00	0,22	0,00	1,00	3,59%
Alienação Esperada do Ativo	115	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Incerteza sobre valor ou saída	115	0,07	0,00	0,26	0,00	1,00	4,65%
Reembolso	115	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%

Fonte: elaborada pela autora (2019).

Das 92 empresas listadas na pesquisa, foram analisados 460 demonstrativos e de forma separada mais 115 demonstrativos pertencentes à empresas do ramo fortemente

regulado, sendo eles de 23 empresas. A fim de responder a um dos objetivos específicos dessa investigação. Na análise, três empresas se destacaram no atendimento dos quesitos obrigatórios das Provisões, que foram BRADESCO S.A, AMBEV S.A e EQUATORIAL S.A, elas obtiveram os maiores índices na amostra.

De modo geral as empresas atendem em sua maioria à descrição das categorias de passivos contingentes, chegando muitas vezes a citarem o CPC 25 de forma integral quando se trata desse quesito. Fora esse quesito que equivale a 38,17% do atendido, o segundo mais observado é quanto a mensuração a valor presente que apresenta o percentual de 35,48%. Nas empresas que compõem o setor fortemente regulado o modelo se repete só que com percentuais diferentes, já que elas atendem aos quatro primeiros quesitos com mais afinco e de forma mais uniforme que o observado no grupo geral.

Constatou-se também que o fato de parte das empresas fazerem parte de setores fortemente regulados não influi de forma significativa para que elas atendam em uma escala maior aos quesitos, até porque as empresas no grupo geral apresentam médias bem maiores se comparadas às do setor fortemente regulado. Sendo assim a qualidade das informações entregues por elas aos usuários não difere positivamente em relação as demais empresas.

Com relação à observância ao disposto no CPC 25 esse estudo corrobora para o resultado obtido no estudo de Souza et al (2019) que também concluiu que as empresas estão longe do alinhamento às normas de *disclosure* do CPC 25

É importante explicar a escassez no atendimento ao quesito “Alienação Esperada do Ativo”. Visto que isso se deve em parte ao fato de que para o CPC 25 os ganhos na alienação esperada de ativos não devem ser levados em consideração ao mensurar a provisão, mesmo se a alienação esperada estiver intimamente ligada ao evento que dá origem à provisão.

Já o quesito “Reembolso” tratado de forma relapsa pelas entidades de modo geral e principalmente pelas pertencentes ao setor fortemente regulado, é mero fruto da falta de observância, afinal empresas com montantes tão voluptuosos em provisão para causas cíveis detém em sua maioria contratos de seguro, cláusulas de indenização ou garantias de fornecedores, exemplos esses que são tidos e classificáveis como reembolsos.

4.3. Índices e Variáveis por Ano

Após a análise da observância aos quesitos de mensuração e divulgação gerou-se um índice para cada ano de demonstrativos analisados e, por fim, um índice anual como visto na Tabela 3.

Tabela 3 - Índice de todas as variáveis que representam os passivos contingentes 2014-2018.

Índice	Obs.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
GERAL						
2014	92	0,22	0,25	0,16	0,00	0,62
2015	92	0,23	0,25	0,16	0,00	0,62
2016	92	0,23	0,25	0,15	0,00	0,50
2017	92	0,23	0,25	0,17	0,00	0,50
2018	92	0,23	0,25	0,15	0,00	0,50
Geral	460	0,23	0,25	0,16	0,00	0,62
SETOR FORTEMENTE REGULADO						
2014	23	0,19	0,25	0,18	0,00	0,62
2015	23	0,20	0,25	0,18	0,00	0,62
2016	23	0,20	0,25	0,16	0,00	0,50
2017	23	0,21	0,25	0,16	0,00	0,50
2018	23	0,22	0,25	0,15	0,00	0,50
Geral	115	0,20	0,25	0,18	0,00	0,62

Fonte: elaborada pela autora (2019).

Observa-se na Tabela 3 que não houve na média evolução considerável no índice de divulgação do ano de 2014 a 2018 tanto no geral quanto no grupo das empresas fortemente reguladas, além do fato de que as companhias fortemente reguladas apresentaram níveis quase que idênticos quanto ao nível de atendimento dos quesitos previstos no normativo, ficando inclusive em todos os anos da amostra abaixo da média identificada no geral.

Verificou-se a média das empresas pertencentes aos setores fortemente reguladores é mais inconstante que a apresentada no grupo geral, pois a do grupo geral mesmo apresentando uma crescente mínima de 0,22 para 0,23 e ela se mantém sem nenhuma oscilação, o que não ocorre nas 23 empresas onde é possível observar uma variação bem maior na média dos índices. O que pode em parte se explicado por elas estarem sempre imersas em observar e atender mais dispositivos reguladores que as demais, gerando assim a uma sobrecarga de normativos impostos a elas.

A mediana se mantém idêntica nos dois grupos de análise, enquanto que o desvio padrão apresenta uma leve variação de um grupo para o outro, o que demonstra que as empresas fortemente reguladas são as que apresentam dados que mais variam em torno da média isso com relação ao índice geral.

Com relação à situação do índice máximo, percebeu-se que as empresas fortemente reguladas apresentam um índice de *disclosure* geral igual à média geral do conjunto completo das empresas.

No Brasil as empresas divulgam cerca de 23% das informações que são trazidas pelo CPC 25. Assim como observado no índice geral, existe uma tendência de constância, o que pode ser justificado pela composição da amostra, por serem empresas de grande porte e tendo suas ações negociadas na bolsa, sempre mantiveram a preocupação com a divulgação dessas informações.

O maior índice obtido nos dois grupos da amostra é do ano de 2014 e 2015, sendo ele 0,62, obtido pela empresa BRADESCO S.A, sendo ela pertencente ao grupo das empresas fortemente reguladas.

Os resultados obtidos e demonstrados na Tabela 3 só reforçam o resultado encontrado na pesquisa de Vieira e Pinheiro (2015) onde se conclui que as principais divergências se referem à quantidade de contingência divulgada e ao nível de detalhamento das informações, e que por conta disso os índices acabam por se manterem tão baixos.

4.4. Correlação por Categoria

A Tabela 4 apresenta a correlação entre as categorias de provisões e passivos contingentes divulgadas pelas firmas selecionadas, e no período de 2014 a 2018.

Tabela 4 - Correlação de Spearman das categorias das provisões e passivos contingentes. 2014-2018

GERAL						
Dimensão	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributária	Sem. Carac.	Garantias
Ambiental	1.000					
Cível	0.0440	1.000				
Trabalhista	0.1275*	0.4089*	1.000			
Tributária	0.0747	0.4101*	0.2183*	1.000		
Sem. Carac.	-0.0133	-0.0201	-0.0291	-0.0209	1.000	
Garantias	-0.0084	0.1289	0.0024	-0.1398*	0.0074	1.000
SETOR FORTEMENTE REGULADO						
Dimensão	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributária	Sem. Carac.	Garantias
Ambiental	1.000					
Cível	-0.0375	1.000				
Trabalhista	-0.0193	0.4301*	1.000			
Tributária	-0.1102	0.4969*	0.7092*	1.000		
Sem. Carac.	0.1966	-0.0430	-0.0548	-0.0698	1.000	
Garantias	0.0506	-0.0180	-0.0269	-0.0535	-0.0364	1.000

Fonte: elaborado pela autora (2019). Nota:*A correlação é significativa no nível 0,01.

A correlação das variáveis tem o objetivo de demonstrar como estas se relacionam e a intensidade desta relação. Segundo o exposto na Tabela 4, nota-se que as relações mais fortes para as contingências são entre os tipos cíveis, trabalhistas e tributárias. Considerando a amostra geral de empresas analisadas, percebeu-se que essas contingências estão atreladas devido às atividades operacionais das organizações e as características do cenário brasileiro, com altas cargas tributárias e um elevado número de processos trabalhistas.

Quando analisada a amostra de empresas pertencentes a setores com maior imposição de regulação a resposta é similar, a única variação é com a intensidade da relação que se demonstra mais forte para estas companhias. Comparando a outras pesquisas que abordaram esta temática, este resultado corrobora com o encontrado por Costa et al. (2017) no qual também foram identificadas relações positivas e significativas entre estas categorias de contingências.

Tabela 5 - Teste de diferenças de médias de Mann-Whitney. 2014-2018.

Painel A: Teste de médias das cinco categorias que representam as características das contingências			
Hipótese nula	Sig.	Decisão	
		Geral	Setor F. Reg.
A distribuição de ambiental é a mesma entre as categorias de regulação	0,539	Não rejeitar	Não rejeitar
A distribuição de cível é a mesma entre as categorias de regulação	0,48	Não rejeitar	Não rejeitar
A distribuição de trabalhista é a mesma entre as categorias de regulação	0,789	Não rejeitar	Não rejeitar
A distribuição de tributária é a mesma entre as categorias de regulação	0,02	Rejeitar	Rejeitar
A distribuição de sem carac. é a mesma entre as categorias de regulação	0,033	Rejeitar	Rejeitar
A distribuição de garantias é a mesma entre as categorias de regulação	0,003	Rejeitar	Rejeitar
Painel B: Teste de médias do índice que representa o <i>disclosure</i> do PC pelo CPC 25			
Hipótese nula	Sig.	Decisão	
		Geral	Setor F. Reg.
Relação idêntica entre regulação e evidenciação dos Passivos Contingentes	0,000	Rejeitar	Rejeitar

Fonte: elaborado pela autora (2019). Nota: Nível de Significância = 0,05.

No teste de Mann-Whitney, adotou-se para a interpretação dos resultados o nível de significância (p-value) de 5%, ou seja, $\alpha = 0,05$. Dessa forma, com o p-value (nível de significância) medido menor que o nível de significância escolhido α , a hipótese nula é rejeitada para as variáveis que representam as categorias: Tributárias, sem características e Garantia, tanto no grupo geral, quanto no das fortemente reguladas, indicando que as médias são estatisticamente distintas, ou seja, ambos os grupos apresentam alguma influência nas

categorias analisadas, indicando que há comportamento distinto das empresas pertencentes aos setores com maior força de regulação e as demais organizações.

Com exceção, nas variáveis Ambientais, cível e trabalhista não foi identificada diferença entre os dois grupos, ou seja, não há diferença entre a *disclosure* de fatores ambientais, cíveis e trabalhistas para as amostras selecionadas no período analisado.

De modo geral é possível rejeitar por completo a existência de uma distribuição das médias idênticas para empresas de segmentos mais regulados e as demais organizações com relação a evidenciação dos passivos contingentes na amostra, visto que o índice de *disclosure* apresentou diferenças significativas entre as esses grupos de empresas. Importante ressaltar que dos oito quesitos, pouco menos de três são de fato atendidos pelas empresas listadas, além do fato de não divulgarem em sua totalidade as provisões por meio da categorização descrita no CPC 25, ou seja, é possível notar as incongruências e inconstâncias entre o que o dispositivo traz e o que efetivamente é cumprido ou divulgado.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa buscou analisar a relação entre a regulação e a evidenciação acerca das contingências em empresas que compõem a IBRX100, além de obter o índice de divulgação, a fim de verificar se tais empresas atendem aos quesitos obrigatórios mencionados no CPC 25 (2009), de que trata das exigências de divulgação, reconhecimento e mensuração das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Foi tratado com a devida importância o pronunciamento instituído em 2009, visto que a divulgação correta das contingências constitui informações de grande relevância ao mercado de ações, investidores e credores, para isso foi realizado uma análise nas notas explicativas e demonstrações contábeis padronizadas de 92 empresas divulgadas no site da IBRX100, nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, respondendo pelo método binário aos quesitos retirados do CPC 25 (2009).

Percebeu-se nas análises que as empresas não estão obedecendo integralmente os quesitos obrigatórios de divulgação dos passivos contingentes, pois não ultrapassam os 23% no atendimento aos mesmos. Na análise realizada, três empresas se destacaram no atendimento dos quesitos obrigatórios das Provisões. E das três empresas apontadas, duas pertencem ao setor fortemente regulado, o que de modo geral não diz muito, visto que se verificou que pertencer ou não a esse setor não influencia muito na divulgação e estrita observância do normativo.

Notou-se que diante dessa falta de atendimento ao CPC 25, parte das divulgações acaba não sendo clara e efetivamente não reduz as incertezas dos usuários.

Com relação aos critérios de reconhecimento, conforme o quadro de quesitos demonstrado na seção 3, a totalidade da amostra demonstra conhecimento sobre os critérios de reconhecimento das provisões, no entanto não atendem com precisão e de forma satisfatória ao disposto na normativa aplicável aos passivos contingentes, fica claro o entendimento por parte da maioria das empresas analisadas de que tais passivos devem ser apenas divulgados em notas explicativas, quando na verdade nelas só deviam ser apresentadas as contingências possíveis e facultativamente as remotas.

Também fica claro o conhecimento a respeito da observância por parte das empresas analisadas quanto à probabilidade de ocorrência das obrigações e o respectivo tratamento contábil que deve ser dado, isso porque em muitas notas explicativas é possível encontrar trechos completos do CPC 25 explicando o que são as contingências e como divulgá-las.

De modo geral não se pode rejeitar por completo a existência de uma relação entre regulação e a evidenciação dos passivos contingentes da amostra, visto que os índices de *disclosure* apresentaram diferenças pouco significativas entre as empresas fortemente reguladas em vista das demais organizações.

Além disso, notou-se a falta de acatamento às novas nomenclaturas resultantes da grande mudança cultural decorrente do processo de padronização da contabilidade brasileira, como a utilização inadequada do termo provisão para as contas redutoras do ativo e dos passivos contingentes registrados nas demonstrações padronizadas. Apesar de tais contas representarem reduções estimadas de ativo o termo provisão deve ser utilizado apenas para passivos. A USIMINAS, por exemplo, traz dentro do seu balanço patrimonial o termo “contingência”, sendo que, o termo contingência não deve ser utilizado dentro do balanço, só podendo aparecer em notas explicativas. Isso porque, as normas caracterizam como contingências apenas as obrigações que não são contabilizáveis.

Tais constatações reforçam o apresentado no estudo de Fonteles et al. (2012) que demonstra que as empresas continuam a adotar antigas práticas contábeis, sendo que mesmo recentes, as novas normas já são obrigatórias.

Diante do exposto, recomenda-se aos profissionais de Contabilidade a correta e total utilização do CPC 25 (2009). Dessa forma, o usuário da informação contábil identificará de forma efetiva o valor das provisões e passivos contingentes, o que reduziria a desarmonia informacional fornecida pelas companhias que integram a IBRX100, fornecendo uma melhor compreensão da informação contábil por parte dos usuários, além de contribuir para o aumento do desempenho dessas companhias no mercado de capitais.

Por fim, atenta-se para as limitações da pesquisa, tanto pelo número de empresas selecionadas para amostra, ou seja, o estudo não deve ser generalizado, quanto pelo período coletado e analisado só compreender os anos de 2014 a 2018. E mesmo diante disso, não deve ser invalidado, tendo como base as contribuições geradas pelo mesmo, tais como, identificar a real divulgação dos passivos contingências à luz da legislação pertinente. Como sugestão para trabalhos futuros, deve-se ampliar a amostra selecionada, bem como aumentar o período de análise.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. K. N. BATISTA, F. F. Provisões Contingentes Ambientais e seus Reflexos no Endividamento das Empresas de Alto Impacto Ambiental Após Adoção do CPC 25. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. V. 11, n. 1, p. 46-65, 2016.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANEEL. **Regulação do setor elétrico**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/regulacao-do-setor-eletrico>>. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

BALDOINO, E.; BORBA, J. A. Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 23, p. 58-81, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif)**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/regulacao>> Acesso em: 12 de fev. de 2019.

CASTRO, M. C. C. S.; VIEIRA, L. K.; PINHEIRO, L. E. T. Comparação do Disclosure de Contingências Ativas e Passivas nas Empresas Brasileiras com Ações Negociadas na BM&FBovespa e na Nyse. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 2, p. 52-69, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 2ª. ed. Brasília: CFC, 2000.

COSTA, I. L. S.; CORREIA, T. S.; MACHADO, M. R.; LUCENA, W. G. L. Disclosure dos Passivos Contingentes: Análise Comparativa entre Empresas de Mercado Aberto no Brasil e na Austrália. **Pensar Contábil**, v. 19, n. 69, p. 54-66, 2017.

CPC 25. **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Disponível em: <www.cpc.org.br> Acesso em: 17 de jan. de 2019.

GOMES, D. A. C.; SANTIAGO, W. P.; SANTOS, I. O.; FEITOSA, M. N. Impairment no Goodwill: Evidenciação Contábil das Empresas do 'Novo Mercado'. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 18, n. 3, p. 16-26, 2017.

HENDRICKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MESQUITA, K. M. P.; CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M. Impacto da Reconfiguração dos Passivos Contingentes no Desempenho Financeiro: Uma Análise nas Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 37, n. 1, p. 91-109, 2018.

MOST, Kenneth S. **Accounting theory**. Columbus: Grid, 1977.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1990

NAKAYAM, W. K., SALOTTI B. M. Fatores Determinantes do Nível de Divulgação de Informações sobre Combinações de Negócios com a Entrada em Vigor do Pronunciamento Técnico CPC 15. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.25, n.66, p.267-280, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 15, 1996, Brasília. **Anais**. Brasília: CFC, 1996.

REBOUÇAS, S. M. D. P.; PONTE, V. M. R.; NASCIMENTO, C. P. S.; FONTELS, I. V. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&BOVESPA. **Revista Gestão Organizacional**, em: 17 de nov. de 2014.

RIBEIRO, A. C.; RIBEIRO, M. S.; WEFFORT, E. F. J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 38-54, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCARPIN, J. E.; MACOHON, E. R.; DALLABONA, L. F. Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 8, n. 22, p. 3-14, 2014.

SILVA, T. A.; SANCHES, S. L. R.; IGARASHI, D. C. C. Contingências Passivas e Teoria dos Prospectos: Análise dos Efeitos em Indicadores Financeiros de Empresas de Construção Civil e Construção Pesada. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 7, n. 1, p. 39-57, 2019.

SILVA, T. S.; CARRARO, W. B. W. H.; SILVA, L. M. Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 14, n. 27, p. 89-103, 2014.

SOARES, A. H. **Balancos se sofisticaram para atrair investidor estrangeiro**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 20 de set. 2001.

SOUZA, M. M.; MARTINEZ, A. L.; MURCIA, F. D.; BASTOS, S. A. P. Os Determinantes do Cumprimento das Normas de Disclosure das Provisões e das Contingências Ativas e Passivas na B3 . **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 2, p. 17-39, 2019.